



CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAVEL

Recebido em 16/05/2016

Protocolo

# Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

REQUERIMENTO Nº 165, DE 2016.

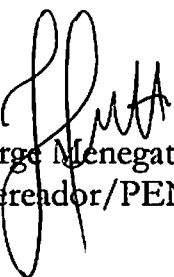
(Autor: Vereador Jorge Menegatti / PEN)

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Cascavel.

O Vereador Jorge Menegatti/PEN, em conformidade com o art. 122, inciso II do Regimento Interno, depois de cumpridas as formalidades regimentais, requer informações da CETTRANS – Companhia de engenharia de Transporte e Trânsito. Para tanto, seguem os questionamentos a serem respondidos por essa companhia:

- I. Quantos postos de trabalho foram fechados nas empresas concessionários do transporte público de Cascavel desde janeiro de 2015, em virtude na Lei Municipal nº 6.466/2015 que instituiu a bilhetagem exclusivamente eletrônica?
- II. Qual o motivo do fechamento de cada um dos postos de trabalho? Por exemplo: demissão com ou sem justa causa, aposentadoria, pedido de demissão e etc.. Favor informar e comprovar de forma discriminada.
- III. Qual o impacto no valor da tarifa do transporte público com os postos fechados até o momento?
- IV. Há previsão de quanto tempo levará para fechar os postos de trabalho que possibilitem a diminuição significativa na tarifa do transporte público, alcançando o objetivo proposto com a implantação da bilhetagem exclusivamente eletrônica ?

É o que requer. Sala de Sessões.  
Cascavel, 16 de maio de 2016.

  
Jorge Menegatti  
Vereador/PEN

## JUSTIFICATIVA,

O presente requerimento tem por objetivo o esclarecimento a respeito da tarifa do transporte público, levando em consideração todas as discussões e debates a respeito do Projeto de Lei que instituiu a bilhetagem exclusivamente eletrônica, momento em que foi garantida que os postos de trabalho fechados por pedidos de demissão, aposentadoria e afins, resultariam na diminuição do valor da tarifa do transporte público, contudo, até o momento a tarifa apenas aumentou.

Ademais, é de grande interesse da população cascavelense ter conhecimento com clareza das informações requeridas; assim, considerando que uma das principais funções do Vereador é a fiscalização das ações tomadas pelo Poder Executivo na gestão do erário bem como o dever da transparência por parte deste ente, faz-se necessário o acesso a tais informações.

